

Estudo Técnico Preliminar 6/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23228.001329.2024-12

2. Descrição da necessidade

A contratação de Cuidadores visa fortalecer o acesso a uma educação Inclusiva e de qualidade, ao atendimento educacional especializado, ao acompanhamento e ao monitoramento do acesso dos estudantes com necessidades educacionais especiais no IFAP. Sendo assim, considerando o fato de que no primeiro semestre de 2024.1 a unidade do campus Macapá recebeu em seu quadro de matrícula dois alunos com necessidades de cuidados especiais, sendo um deles, num caso mais grave com múltiplas deficiência: tetraplegia com perda cognitiva, paralisia cerebral, deficiência Intelectual e com traços de autismo. Como o aluno tem mobilidade reduzida conforme CID G.80, G.81, G.82, ele não consegue realizar nenhuma de suas atividades laborais de vida diárias sozinho, tais como, comer, ir ao banheiro ou realizar qualquer atividade escolares que um aluno especial com sua mobilidade preservadas realizaria normalmente. O aluno ainda, além de usar fraldas descartáveis em alguns momentos, possui uma cadeira de rodas manual e não elétrica motorizada, exigindo assim um esforço ainda maior de quem vai o acompanhar. Nesse sentido, ressalta-se que o papel do Cuidador (Apoio escolar) é indispensável no processo de inclusão desses alunos. Para que seus direitos de atendimento e acompanhamento especial sejam cumpridos, os serviços operacionais destes Cuidadores no Napne do campus Macapá são de grande importância, pois irão auxiliar nas atividades de alimentação, higiene, locomoção e ainda em todas as atividades escolares nas quais se fizerem necessário a sua presença dentro dos espaços do Ifap. Segundo a lei 9.396, o estudante com necessidades especiais tem direito a um profissional de apoio que auxilie nas suas limitações, profissional este, que hoje, no ambiente escolar, tem a denominação de Cuidador. Sendo assim, a contratação emergencial fará jus a missão do Ifap que é promover uma educação profissional pública e de excelência em todos os níveis e modalidades de ensino, tendo como visão ser referência em educação profissional, com reconhecimento nacional e internacional, garantindo o acesso, a permanência e o êxito, por meio de políticas de acesso aos estudantes. E ainda honrará seus valores de Transparência, Eficiência, Ética, Inclusão e Responsabilidade Social, buscando ainda cumprir o Plano Bienal de inclusão IFAP 2024-2025, que é uma ferramenta institucional que está sendo colocada em prática para o acesso, a permanência e o êxito dos nossos estudantes com necessidades específicas que precisam de acolhimento, acompanhamento e adaptações para que possam finalizar o percurso escolar e acadêmico, de modo a assegurar o disposto no artigo 3º da Lei nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a saber:

"Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

XIII - profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas e demais legislações supracitadas."

Descrição dos requisitos necessários para o atendimento aos estudantes com Transtorno mental grave; Deficiência Física; Encefalopatia infantil; Microcefalia; Artrogripose, dentre outras:

- A solução a ser implementada deve prover o acompanhamento aos estudantes e auxílio ao NAPNE (Núcleo de Atendimento às pessoas com necessidades específicas) na articulação entre os estudantes, a família e as equipes multiprofissionais;
- Acompanhar e auxiliar a pessoa/aluno com deficiência no desenvolvimento das atividades rotineiras, cuidando para que ela tenha suas necessidades básicas satisfeitas, fazendo por ela somente as atividades que ela não consiga fazer de forma autônoma;
- Atuar como elo entre a pessoa cuidada, a família e a equipe da escola;
- Escutar, estar atento e ser solidário com a pessoa cuidada;
- Auxiliar nos cuidados e hábitos de higiene;
- Estimular e ajudar na alimentação e na constituição de hábitos alimentares;
- Auxiliar na locomoção;
- Realizar mudanças de posição para maior conforto da pessoa, dentro ou fora da sala de aula;
- Manter interlocução com os professores da classe comum, visando atender ao estudante em situações que demandam a movimentação da turma;

- Comunicar à equipe da escola sobre quaisquer alterações de comportamento da pessoa cuidada que possam ser observadas;
- Acompanhar outras situações que se fizerem necessárias para a realização das atividades cotidianas da pessoa com deficiência durante a permanência na escola;
- Acompanhar o estudante em sala de aula e em contraturno, se necessário, conforme as necessidades específicas de cada estudante atendido por esse serviço;
- Valorizar a autonomia do estudante (adultos e adolescentes)
- Desenvolver suas atividades acompanhado pelo NAPNE, docentes, coordenadores do curso e dirigentes de ensino.

O campus Macapá atualmente tem cinquenta e dois alunos do AEE - atendimento especializado e destes. A cada processo de ingresso, percebe-se o aumento da demanda por atendimento educacional especializado para estudantes com deficiência. Cabe destacar que o IFAP possui como política institucional a reserva de vagas para pessoas com deficiência, contando com provas adaptadas no processo seletivo e regimentos internos que preveem a realização de planos educacionais individualizados e adaptações curriculares para estes estudantes, quando necessário.

Contudo, o quadro de servidores efetivos para realizar esse tipo de atendimento é limitado, especialmente em relação aos profissionais de atendimento educacional especializado. O IFAP está ciente de seu papel no processo de escolarização desses alunos de forma a incluí-los nos bancos acadêmicos, ter êxito nesse processo e encaminhamento ao mundo do trabalho.

Diante disso, faz-se necessário um acompanhamento desses estudantes com profissionais especializados, conforme destaca a Lei 13.146 ao referir que:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena; UASG 158141 Estudo Técnico Preliminar 104/2023 2 de 15

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

[...]

V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;

VI - pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;

VII - planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva;

[...]

XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio; [...] (BRASIL, 2015, p. 6-7).

Ainda, de acordo com o Decreto 7.611:

"O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas (BRASIL, 2011, p. 1)."

O Ministério da Educação, por meio do Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Básica, publicou a Resolução nº 4 de 02/10/09 que Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Nessa resolução, o artigo 10 afirma que o projeto pedagógico da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do Atendimento Educacional Especializado prevendo na sua organização outros profissionais da educação, como os que estão sendo solicitados neste documento.

Assim, dadas as limitações nos quadros de servidores das instituições de ensino, em muitos casos a ausência dos profissionais de atendimento ou apoio aos estudantes com deficiência levou à judicialização do pleito, de modo que há farta jurisprudência sobre o dever do estado em garantir o acesso destes estudantes à educação, invocando dispositivos constitucionais e a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que são inequívocos sobre o tema. Em regra, com decisões judiciais favoráveis aos reclamantes.

Importante destacar que o orçamento disponibilizado no Projeto de Lei Orçamentária para esta finalidade foi de R\$ 522.675,00 (Ação Orçamentária 2994, Plano Orçamentário 0006), para o ano de 2024. Tal valor é insuficiente para custear nova contratação de profissionais da área, sendo tão somente possível a renovação do contrato atual, o qual tem quantitativos que já não atendem em sua totalidade aos campi, restando ao IFAP utilizar de recursos de seu próprio orçamento para a contratação tratada neste processo.

3. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|--|-----------------------------------|
| Diretoria Geral do campus Macapá | Marcus Vinicius da Silva Buraslan |
| SEÇÃO DE AÇÕES INCLUSIVAS E DIVERSIDADE - PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, ARTE, CULTURA E DESPORTO | Jaqueline Ramos da Silva e Costa |

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para a prestação dos serviços no âmbito do IFAP - campus Macapá, buscamos a contratação do seguinte profissional:

- Cuidador: CBO 5162 - Descrição Sumária: Cuidam de bebês, crianças, jovens, adultos e idosos, a partir de objetivos estabelecidos por instituições especializadas ou responsáveis diretos, zelando pelo bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer da pessoa assistida.

Os serviços em questão são de natureza continuada, conforme definição trazida no inciso XVI do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, uma vez que são necessários ao desempenho das atribuições da Instituição, cuja interrupção compromete a continuidade de suas atividades e cuja contratação deverá estender-se por mais de um exercício financeiro..

Destaca-se que não há necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) da categoria profissional empregada nos serviços é: Cuidador: CBO 5162.

O fornecimento de mão de obra será em regime de dedicação exclusiva, contratado mediante Dispensa de licitação, inciso VIII respeitando as formalidades da Lei 14.133/2021.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

Não será permitida a participação de pessoa física, uma vez que a IN SEGES/ME nº 116, de 2021, estabelece que será ressalvada a participação de pessoas físicas nas licitações ou contratações diretas, “quando a contratação exigir capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar”. No caso concreto, percebe-se que pessoas físicas não atendem aos requisitos de qualificação econômico financeira exigidos no edital.

Não será permitida a participação de cooperativas, visto que estas entidades não reúnem os requisitos necessários para o atendimento das necessidades da Administração. Conforme PARECER n. 00002/2023/DECOR/CGU/AGU, aprovado pelo DESPACHO DE APROVAÇÃO n. 00006/2023/SGPP/CGU/AGU, “...considera-se de difícil superação que as cooperativas, mesmo sob a lógica da nova lei, venham a participar de modo geral dos certames licitatórios para prestar serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, cujas características encontram-se bem delineadas no artigo 6º, XVI, da Lei nº 14.133/2021.

Não será permitida a participação de consórcios, uma vez que estas entidades destoam das características essenciais de uma empresa gestora de mão de obra para prestação de serviços na Administração Pública, tornando impraticável a seleção do fornecedor de maneira isonômica no processo licitatório e também a gestão do contrato.

Será exigido que a empresa apresente atestados que comprovem que gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos, referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos.

A administração entende que este período mínimo de três anos de experiência é fundamental para a escolha de fornecedor com capacidade técnica para atender às demandas da instituição. Não será exigido que o atestado se refira necessariamente às mesmas categorias dos profissionais a serem contratados e sim que seja comprovada a capacidade da empresa em gerenciar contratos de prestação de serviços com características semelhantes com objeto licitado.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre esses que caracterize pessoalidade e subordinação direta. O regime de Trabalho será de 44 horas semanais, nos períodos matutino e vespertino e/ou noturno, de acordo com a necessidade da instituição, podendo ainda ser necessária a participação do profissional em atividades letivas aos finais de semanas, respeitando a carga horária contratada.

Caso haja necessidade de cumprimento de horários em finais de semana ou, ainda, em feriados, a CONTRATADA deverá ser comunicada com 5 (cinco) dias de antecedência para promover os ajustes necessários nos horários dos profissionais contratados, não havendo, para tanto, possibilidade de pagamento de horas extras e outros adicionais. Os serviços poderão ser, eventualmente, executados aos sábados, para atendimento às atividades acadêmicas, desde que a carga horária semanal de trabalho do prestador de serviço não ultrapasse as horas previstas para o respectivo posto de trabalho e seja informado à contratada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Eventualmente, por necessidade do serviço, poderão ocorrer deslocamentos para acompanhamento de alunos em atividades fora das dependências do IFAP, sendo os custos com diárias e passagens ressarcidos pelo Contratante. Os horários de início/fim dos turnos serão definidos conforme necessidade da Contratante, podendo ultrapassar às 22h, sendo neste caso previsto o pagamento de adicional noturno.

O horário de execução das atividades poderá ser alterado, desde que haja solicitação formal da Administração do Campus onde o serviço está sendo prestado, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, definidos na Lei 14.133/2021, art. 6º, inciso XIII, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.

Será adotado o instrumento de CONTA VINCULADA como mecanismo de diminuição de riscos da execução do contrato, conforme inciso I do parágrafo 1º do Art. 18 da IN nº 05/2017.

Por ser classificado como serviço comum, a contratação não envolve transferência de conhecimento, tecnologias ou técnicas empregadas, nem licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida.

A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

O contrato terá vigência pelo período de 1 (um ano), e por força do inciso VIII, do Art. 75 da Lei 14.133, é vedada a prorrogação.

Base legal da contratação: Art. 75, inciso VIII da Lei 14.133/2021.

5. Levantamento de Mercado

Tendo em vista as necessidades a serem atendidas, descritas no tópico 2 deste estudo, entende-se como solução mais adequada que a prestação dos serviços deva ser realizada por profissionais ou empresas especializadas no atendimento de estudantes que são o público alvo da educação inclusiva. Diante disso, após consulta aos modelos de contratações realizadas por outros órgãos públicos, vislumbram-se as seguintes possibilidades:

Solução 01: Execução Indireta - Contratações em regime de dedicação exclusiva de mão de obra. Este tipo de contratação engloba a contratação de pessoa jurídica para o fornecimento da mão de obra exclusiva para apoio aos discentes que necessitam de acompanhamento diário em decorrência da especificidade da deficiência apresentada. A contratação de serviço profissional possibilita o atendimento conforme exigido na legislação educacional específica.

A contratação emergencial por meio de Dispensa de Licitação mostra-se como alternativa para atender a imprevisibilidade da demanda, a qual surgiu após o início do calendário letivo, pois dado o público-alvo do serviço, não há como afastar a prestação deste serviço, pois tornaria inviável a permanência destes alunos na instituição pela falta do acompanhamento adequado. Assim, esta equipe de planejamento recomenda a contratação direta. Cabe ressaltar que o contrato terá validade por um período máximo de 12 meses, sem previsão de prorrogação.

Solução 02: Aproveitamento da força de trabalho atual para atender o volume do trabalho.

Essa solução refere-se à utilização de profissionais já existentes no quadro de pessoal das unidades do IFAP para o atendimento das necessidades apontadas neste estudo preliminar, inclusive quanto à possibilidade de movimentação entre as unidades.

Para o atendimento relacionado aos estudantes com cegueira; Transtorno mental grave; Deficiência Física; Encefalopatia infantil; Microcefalia; Artrogripose, dentre outros, requer-se o atendimento por profissionais de Apoio/Cuidador, o qual não está previsto no Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação (PCCTAE, Lei 11.091/2005), podendo, dessa forma, ser objeto de terceirização.

Cabe ressaltar que no PCCTAE existe o Cargo de Assistente de Alunos (Nível C), com a seguinte descrição sumária: “Assistir e orientar os alunos no aspecto de disciplina, lazer, segurança, saúde, pontualidade e higiene, dentro das dependências escolares. Assistir o corpo docente nas unidades didático-pedagógicas com os materiais necessários e execução de suas atividades. Auxiliar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Utilizar recursos de informática. Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.” Logo, depreende-se que as especificidades apontadas nas demandas deste ETP não são atendidas pelo referido cargo.

6. Descrição da solução como um todo

A contratação de Profissional de Apoio/cuidador, cargo não existente na estrutura do IFAP, torna-se essencial para a permanência e aprendizado destes na instituição tendo em vista o atendimento às suas necessidades humanas básicas de alimentação, locomoção e higiene dentro do ambiente escolar. A inclusão destes estudantes se efetua no auxílio ao autocuidado quando estes não o realizam com independência.

Deste modo, destaca-se a SOLUÇÃO 01 como a mais viável - Contratação de empresa para a prestação de serviços com dedicação exclusiva, a qual já é procedimento amplamente utilizado pelo IFAP para a contratação de prestações de diversos tipos de serviços, inclusive, mais recentemente, para CONTRATAÇÃO DE POSTOS DE INTÉRPRETE DE LIBRAS, REVISOR EM BRAILLE E CUIDADOR (ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO IFPI (UASG: 158146, PREGÃO Nº 24/2022), processo nº 23228.002123.2022-30).

Neste modelo, as empresas contratadas responsabilizam-se integralmente pela alocação dos profissionais, com as devidas qualificações, necessários à realização das atividades objeto do contrato; devendo, ainda, arcarem com os pagamentos das verbas remuneratórias, indenizatórias e obrigações sociais de seus funcionários. O principal risco envolvido neste modelo é o débito das empresas contratadas com seus empregados, o que implica, em muitos casos, a transferência da obrigação de pagamento da dívida pelo IFAP. Todavia, já é praxe na instituição a mitigação desse risco por meio da utilização da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, em que são provisionados recursos para pagamento de férias e 1/3 de férias, 13º salário e multa do FGTS, além do pagamento direto ao trabalhador de valores a ele devidos.

A contratação emergencial por meio de Dispensa de Licitação mostra-se como a melhor alternativa para atender a imprevisibilidade da demanda, a qual surgiu após o início do calendário letivo, pois dado o público-alvo do serviço, não há como afastar a prestação deste serviço, pois tornaria inviável a permanência destes alunos na instituição pela falta do acompanhamento adequado.

Segue embasamento legal (Lei 14.133)

Art. 75. É dispensável a licitação:

VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as

parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;

A contratação será realizada com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, de caráter continuado, contemplando a mão de obra de Cuidador, conforme as condições e normas internas da Instituição, observada a Convenção Coletiva de Trabalho – CCT e legislação pertinente. Esses profissionais deverão exercer suas atribuições nos horários definidos para o posto de serviço ocupado e deverão desenvolver as atividades relacionadas abaixo:

Profissional de Apoio Escolar - Cuidador

O Profissional de Apoio escolar será o profissional responsável pelo acompanhamento aos estudantes com NEE e auxílio ao NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas) na articulação entre os estudantes, a família e as equipes multiprofissionais do IFAP.

Formação: Ensino Médio com formação preferencialmente em enfermagem ou cuidador

Regime de trabalho: O regime de trabalho será de 44 horas semanais, nos períodos matutino, vespertino e/ou noturno (até as 22h), de acordo com a necessidade da instituição, podendo ainda ser necessária a participação do profissional em atividades letivas aos finais de semanas, respeitando a carga horária contratada.

Atribuições:

I - Acompanhar e auxiliar a pessoa/aluno com deficiência no desenvolvimento das atividades rotineiras, cuidando para que ela tenha suas necessidades básicas satisfeitas, fazendo por ela somente as atividades que ela não consiga fazer de forma autônoma;

II - Atuar como elo entre a pessoa cuidada, a família e a equipe da escola;

III - Escutar, estar atento e ser solidário com a pessoa cuidada;

IV - Auxiliar nos cuidados e hábitos de higiene;

V - Estimular e ajudar na alimentação e na constituição de hábitos alimentares;

VI - Auxiliar na locomoção;

VII - Realizar mudanças de posição para maior conforto da pessoa, dentro ou fora da sala de aula;

VIII - Manter interlocução com os professores da classe comum, visando atender ao estudante em situações que demandam a movimentação da turma;

IX - Comunicar à equipe da escola sobre quaisquer alterações de comportamento da pessoa cuidada que possam ser observadas;

X - Acompanhar outras situações que se fizerem necessárias para a realização das atividades cotidianas da pessoa com deficiência durante a permanência na escola.

XI - Acompanhar nos processos seletivos;

XII - Acompanhar o estudante do IFAP em sala de aula se necessário e em contraturno conforme as necessidades específicas de cada estudante atendido por esse serviço;

XIII - Valorizar a autonomia do estudante (adultos e adolescente);

XIV - Desenvolver suas atividades acompanhado pelo NAPNE, docentes, coordenadores do curso e dirigentes de ensino;

XV - Exercer outras atividades inerentes à sua área de atuação que forem deferidas pela instituição.

Requisitos básicos aplicáveis aos profissionais de Apoio/Cuidador):

- Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- Possuir fluência, proficiência e habilidades técnicas na área de atuação, que poderão ser comprovadas por declarações de ocupação na função, desde que devidamente atestadas;
- Apresentar capacidade física e mental para o desempenho da função;
- Ter boa comunicação interpessoal; Saber trabalhar em equipe;
- Ter comprometimento com seu serviço e com o público do IFAP dentro das suas atribuições;

- Ter iniciativa para procurar as respostas para as diversas situações que se apresentarem dentro de suas atividades;
- Ter capacidade de modificar, transformar e converter seu comportamento em função de fatos novos, enquanto prestador de serviços do IFAP;
- Ser assíduo e pontual ao serviço; Guardar sigilo sobre assuntos de natureza confidencial, principalmente em relação aos usuários atendidos pelos Núcleo de Atendimento à Pessoas com Necessidades Específicas;
- Manter conduta ética e profissional durante o expediente, bem como em qualquer lugar dentro e fora do IFAP no que concerne a sua atividade;
- Ter comprometimento com seu serviço e com o público atendido pelo NAPNE dentro das suas atribuições;
- Apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função, de acordo com as orientações do NAPNE de seu campus de atuação;
- Zelar postura pela conduta adequada aos ambientes que frequentar, observando as normas legais e regulamentares IFAP;
- Exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes;
- Assessorar nas atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas na instituição no ensino, pesquisa e extensão, nos níveis fundamental, médio e superior, de acordo com a necessidade institucional, participando de reuniões específicas quando solicitado;
- Saber abordar os responsáveis pelo estudante, mantendo contínua comunicação, com a mediação do IFAP, transmitindo confiança, respeito e responsabilidade em relação ao estudante e ao seu serviço;
- Manter-se no posto de serviço, sem abandoná-lo, quer seja por atraso ou saídas antecipadas, comunicando antecipadamente ausências e possíveis faltas ao Supervisor da contratada (fiscal de contratos) para providências imediatas de substituição pela contratada;
- Experiência do profissional de, no mínimo, 1 (um) ano na atividade, por meio de contrato de trabalho ou declarações de empresas públicas ou privadas;
- Outras atribuições pertinentes à função, não especificadas acima.

São requisitos essenciais à prestação dos serviços objeto da presente contratação:

- Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os serviços solicitados, executados por profissionais com formação, habilidades e conhecimentos mínimos previstos na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO e nos Acordos ou Convenções Coletivas de Trabalho, vigentes.
- Os serviços deverão ser executados com a utilização de técnicas e rotinas adequadas, e em estrita concordância e obediência às normas técnicas vigentes, em especial as normativas do Ministério do Trabalho.
- Os serviços, objeto do presente certame, serão executados diariamente, em horários estabelecidos de acordo com a conveniência administrativa da Instituição.
- Os horários da prestação de serviço poderão sofrer alterações, de acordo com as necessidades do IFAP, sendo respeitado o intervalo inter-jornada e intra-jornada, desde que não ocorra acréscimo sobre a jornada de trabalho.
- Além do atendimento aos requisitos de regularidades jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária e da qualificação econômico-financeira necessárias à contratação com a Administração Pública Federal, a empresa a ser contratada deverá comprovar, ainda, qualificação técnica para o atendimento da necessidade da Contratante.
- Os serviços planejados possuem natureza contínua, tendo em vista serem aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas da entidade. Sua interrupção comprometeria a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional. A vigência do contrato deverá ser de 12 (doze) meses, não admitindo prorrogação.
- As atividades serão desempenhadas principalmente durante o período letivo do IFAP, portanto os serviços poderão ser suspensos durante os períodos de férias escolares, recessos ou eventual desnecessidade momentânea de serviço, a critério da Administração.
- Durante o período de suspensão da execução dos serviços, ficarão também suspensos os pagamentos à Contratada. Caberá à Contratada, gerenciar as férias dos empregados alocados na execução dos serviços para que, de preferência, coincidam com os períodos de férias escolares da unidade de trabalho no IFAP.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa de quantidades foi definida pelo setor demandante, considerando o cenário atual da necessidade de acompanhamento dos alunos matriculados neste ano letivo.

O quantitativo estimado é distribuído da seguinte forma:

| SERVIÇO | CARGA HORÁRIA SEMANAL | PERÍODO | TOTAL |
|--------------------------|-----------------------|---------|-------|
| Apoio Escolar (cuidador) | 44H | DIURNO* | 02 |

* O posto “Diurno” não prevê o pagamento de adicional noturno, portanto a prestação dos serviços não excederá as 22h.

A empresa deverá disponibilizar os profissionais, quando demandados, para o seguinte local:

| | |
|-----------------|---|
| Unidade do IFAP | Endereço |
| Campus Macapá | Rodovia BR 210, KM03, S/N. Bairro Brasil Novo. Macapá/AP - CEP 68909-398. |

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 99.331,92

O valor total estimado da contratação será de R\$ 99.331,92 (noventa e nove mil, trezentos e trinta e um mil, noventa e dois centavos). A estimativa do valor para cada campus encontra-se detalhada em planilha específica, em anexo a este ETP.

A convenção coletiva que será utilizada nesta licitação é do SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE PRESTACAO DE SERVICOS A TERCEIROS, COLOCACAO E ADMINISTRACAO DE MAO DE OBRA, TRABALHO TEMPORARIO, LEITUR, CNPJ n. 34.945.360/0001-88, Presidente, Sr(a). WILSON LEITAO DA SILVA JUNIOR; E SINDICATO DAS EMPRESAS DE PRESTACAO DE SERVICOS DO ESTADO DO AMAPA, CNPJ n. 06.208.578/0001-14, Presidente, Sr(a). DIEGO SOARES DE CASTRO; NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: AP000002/2023.

No que se refere aos uniformes (calça e camisa), os preços estimativos informados nas planilha de custos e formação de preços foram cotados através da ferramenta Pesquisa de Preços do Compras.gov.br Os relatórios das pesquisas constarão nos autos do processo.

| Profissional | Quantidade/ Demanda | Valor mensal individual | Valor Mensal total | Valor Anual individual | Total Anual total |
|------------------------------|------------------------|----------------------------|-----------------------|---------------------------|-------------------|
| Apoio/Cuidador (44 horas) | 02 | R\$ 4.138,83 | R\$ 8.277,66 | R\$ 49.665,96 | R\$ 99.331,92 |

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

As compras e contratações, como regra, devem atender ao parcelamento quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso (art.40, inciso V, alínea b, da Lei nº 14.133/2021).

A jurisprudência do TCU está pacificada no sentido de que a regra é que a adjudicação ocorra por item, sendo a adjudicação por lote a exceção, desde que devidamente justificada a razão de sua necessidade.

Essa questão está expressa na Súmula TCU247: É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Assim, esta dispensa será feita por ITEM

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária contratação/ aquisição correlatas à contratação em apreço.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: 10820882000195-0-000002/2024

Data de publicação no PNCP: 19/05/2023

Id do item no PCA: 85

Classe/Grupo: 929 - OUTROS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E TREINAMENTO

Identificador da Futura Contratação: 158150-9/2024

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A Constituição Federal, em seu Artigo 208, inciso III, assegura às pessoas com deficiência o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. Nesse sentido, o Conselho Nacional do Ministério Público traz que "o atendimento educacional especializado deve ser entendido como o conjunto de técnicas ou estratégias de acessibilidade à educação que tem como objetivo oferecer subsídios para uma efetiva inclusão escolar de alunos com deficiência" (CNMP, 2016).

A Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – amplia esse entendimento e a obrigação para o Estado, quando inclui que “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino”.

A Lei de Acessibilidade nº. 10.098/2000 e o Decreto nº. 5.296/2004, que regulamenta a referida Lei, determinam que as instituições públicas e privadas devem promover a eliminação de barreiras para o atendimento a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e estabelecer mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e a sinalização às pessoas com deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação.

Visando assegurar e promover, “em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”, a Lei 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) – define as barreiras enfrentadas no cotidiano das pessoas com deficiência,

"qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros [...]" (BRASIL, 2015, p. 2).

Assim, é dever da Escola Pública promover os esforços necessários à sua eliminação ou diminuição. Nesse sentido, com essa contratação o IFAP busca assegurar o atendimento aos seus estudantes e à sociedade como um todo; fortalecer as políticas Inclusivas e afirmativas; e desenvolver ações que garantam a inclusão social das pessoas com necessidades educacionais específicas. Conforme prevê a legislação, espera-se romper as diversas barreiras existentes no que tange às condições de acesso e escolarização de estudantes com deficiência ou outras necessidades educacionais específicas.

Denota-se que a legislação (a exemplo do Decreto 7.611/11) estabelece que as instituições federais de ensino devem adotar "medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena", provendo "condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular" e garantindo "serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes" (BRASIL, 2011, p. 1-2).

Assim, justifica-se a essencialidade, a economicidade e o interesse público da contratação. A essencialidade se dá pois a contratação é essencial aos alunos e interessados que necessitam do profissional a ser contratado, interferindo positivamente na aprendizagem dos alunos; da mesma forma, a economicidade se vislumbra diante da contratação direta que será adotada, na qual se buscará o menor preço com a melhor qualidade. Por fim, o atendimento ao interesse público acontece, pois o objeto da contratação atenderá as pessoas com deficiência que também são titulares de direitos, entre eles a educação.

13. Providências a serem Adotadas

Nesta contratação, não há a necessidade deste Ifap dispor de adequações para a contratação dos materiais que são objeto deste Estudo.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Dada a natureza do serviço que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, ressalta-se ainda a consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, publicado pela Advocacia-Geral da União (AGU) em sua versão mais recente.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando tratar-se de serviço primordial para manutenção atividades finalísticas da Instituição, esta equipe de planejamento da contratação entende como viável a presente contratação

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Equipe de Planejamento da Contratação

SABRINA GAMA DOS SANTOS

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 14/05/2024 às 17:54:14.

Despacho: Equipe de Planejamento da Contratação e CPC

ROSIANI SALVIANO BARROS

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 14/05/2024 às 18:15:32.

Despacho: Equipe de Planejamento da Contratação

JAQUELINE RAMOS DA SILVA E COSTA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 22/05/2024 às 10:31:41.

Despacho: Equipe de Planejamento da Contratação

TATIANI DA SILVA CARDOSO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 22/05/2024 às 13:46:28.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS - CUIDADOR.pdf (93.3 KB)
- Anexo II - UNIFORME_PESQUISA DE PREÇOS_JUSTIFICATIVA_ANALÍSE CRÍTICA DE PREÇOS.pdf (73.55 KB)

**Anexo I - PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS -
CUIDADOR.pdf**

ANEXO Dispensa nº XX/2024
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

| | | | | | | |
|--|---|-----------------------|----------------|----------|--------------------------|-------------|
| Nº do processo: | | | | | | |
| Licitação nº: | | | | | | |
| Dia: | | | | | | |
| DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO) | | | | | | |
| A | Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano) | | | | | |
| B | Município/UF | | | | Macapá | |
| C | Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo | | | | AP000002/2023 | |
| D | Número de meses de execução contratual | | | | 12 | |
| IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO | | | | | | |
| ITEM | Serviço | Carga Horária SEMANAL | Diurno/Noturno | Unidade | Nº de postos | |
| 1 | Apoio Escolar (cuidador) | 44h | Diurno | Reitoria | 2 | |
| 1. MÓDULOS | | | | | | |
| Mão de obra | | | | | | |
| Mão de obra vinculada à execução contratual | | | | | | |
| Dados para composição dos custos referente à mão de obra | | | | | | |
| 1 | Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas) | | | | Apoio Escolar (cuidador) | |
| 2 | Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) | | | | 5162 | |
| 3 | Salário Base (SB) - para a carga horária conforme o quadro "IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO" | | | | 1.568,95 | |
| 4 | Categoria Profissional (vinculada à execução contratual) | | | | Apoio Escolar (cuidador) | |
| 5 | Data-Base da Categoria (dia/mês/ano) | | | | 01º de janeiro | |
| 6 | Valor do salário hora - VSH = (Valor do salário normativo / horas mensais) | | | | 7,13 | |
| 7 | Valor da hora do adicional noturno AN = valor da hora x 20% | | | | 1,43 | |
| Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço. Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado | | | | | | |
| Módulo 1: Composição da Remuneração | | | | | | |
| 1 | Composição da Remuneração | | | | Horas | Valor (R\$) |
| A | Salário-Base (valor para somente 1 profissional) para a carga horária conforme o quadro "IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO" | | | | | 1.568,95 |
| D | Adicional Noturno (_h) Cálculo do valor: AN x _h x 22d. Valor 0,00 quando posto Diurno | | | | - | 0,00 |
| E | Adicional de Hora Noturna Reduzida (xxh) Cálculo do valor: VSH x 1,2 x _h/7h x 22d. Valor 0,00 quando posto Diurno | | | | - | 0,00 |
| F | Outros (especificar) | | | | | |
| Total | | | | | | 1.568,95 |
| Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses. | | | | | | |
| Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | | | | | |
| Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | | | | | | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | | | | | Valor (R\$) |
| A | 13º (décimo terceiro) Salário Obrigatória a cotação de 8,33% sobre o valor do Módulo 1 – Composição da Remuneração, conforme Anexo XII da IN 5/17 | | | | 8,33% | 130,69 |
| B | Férias e Adicional de Férias Obrigatória a cotação de 12,10% sobre o valor do Módulo 1 – Composição da Remuneração, conforme Anexo XII da IN 5/17 (Férias + Adicional = 12,10% = 9,075% + 3,025%). Na prorrogação, será excluído o item Férias (9,075%) em cumprimento da Nota 3, permanecendo somente o Adicional de Férias (3,025%) | | | | 12,10% | 189,84 |
| Total | | | | | | 320,53 |
| Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes à gratificação natalina, férias e adicional de férias. Nota 2: As Férias e o Adicional de Férias contidos no Submódulo 2.1 correspondem a 9,075% e 3,025%, respectivamente, do Módulo 1, em face do Anexo XII da IN nº 5/2017 exigir 12,10% no somatório de Férias + 1/3 de Férias (9,075% + 3,025%). Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 107 da Lei nº 14.133/21, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável. | | | | | | |
| Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições (Base de cálculo: Módulo 1 + Submódulo 2.1) | | | | | | |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | | | | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| A | INSS | | | | 20,00% | 377,90 |
| B | Salário Educação | | | | 2,50% | 47,24 |
| C | Cálculo do valor: % do SAT x FAP (Fator Acidentário de Prevenção de RAT = 3% FAP = 1,0000 | | | | 3,0000% | 56,68 |
| D | SESC ou SESE | | | | 1,50% | 28,34 |
| E | SENAC ou SENAI | | | | 1,00% | 18,89 |
| F | SEBRAE | | | | 0,60% | 11,34 |
| G | INCRA | | | | 0,20% | 3,78 |
| H | FGTS | | | | 8,00% | 151,16 |

APOIO ESCOLAR - CUIDADOR

| | | Total | 36,8000% | 695,33 |
|---|--|---|-----------------|-----------------------|
| <p>Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.</p> <p>Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2% para risco médio, e de 3% para risco grave.</p> <p>Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1..</p> | | | | |
| Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários | | | | |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | | | Valor (R\$) |
| A | Transporte | Cálculo do valor: $[(2 \times VT \times 22) - (6\% \times SB)]$ | | 70,86 |
| | A.1) Valor da passagem do transporte coletivo no município de prestação dos serviços: | R\$ 3,75 | - | |
| | A.2) Quantidade de passagens por dia por empregado: | 2,00 | | |
| | A.3) Quantidade de dias do mês de recebimento de passagens | 22 | | |
| | A.4) Participação do empregado em percentual do salário-base | 6,00% | | |
| B | Auxílio-Refeição/Alimentação | Cálculo do valor = $[(22 \times VA) \times (1 - 0,20\%)]$ | | 396,00 |
| | B.1) Valor do auxílio-alimentação: | R\$ 22,50 | - | |
| | B.2) Quantidade de dias do mês de recebimento de auxílio-alimentação | 22 | | |
| | B.3) Participação do empregado em percentual sobre o auxílio-alimentação | 20,00% | | |
| C | Assistência Médica e Familiar | | | 0,00 |
| D | Plano de Benefício Social Familiar | Sem participação do empregado | | 0,00 |
| E | Outros (Auxílio Morte/Funeral) | | | 19,80 |
| | | | Total | 486,66 |
| <p>Nota 1: o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).</p> <p>Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no artigo 6º desta Instrução Normativa.</p> | | | | |
| Quadro-Resumo do Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | | | |
| 2 | Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | | Valor (R\$) |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias | | | 320,53 |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | | | 695,33 |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | | | 486,66 |
| | | | Total | 1.502,52 |
| Módulo 3 - Provisão para Rescisão | | | | |
| 3 | Provisão para Rescisão | | | Valor (R\$) |
| A | Aviso Prévio Indenizado | | | 7,87 |
| | Cálculo do valor = $[(Rem/12 + 13^\circ/12 + (Férias + 1/3 Férias)/12) \times (30/30=1) \times 5\%$ de rotatividade anual - Os reflexos de 13º, F e 1/3F são referentes a 1 mês de APInd - Na prorrogação, poderão ser considerados 3 dias conforme Lei nº 12.506/2011, dependendo da análise do nº de ocorrências deste evento no período. | | | |
| B | Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | | | 0,63 |
| C | Aviso Previo Trabalhado | | | 30,51 |
| | Cálculo do valor = $[(Rem/30) \times 7]/12$ meses do contrato $\times 100\%$ dos empregados - ao final do contrato | | | |
| D | Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado | | | 11,23 |
| E | Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado e sobre o Aviso Prévio Indenizado | | | 62,76 |
| | Obrigatória a cotação de 4% sobre o valor do Módulo 1 – Composição da Remuneração, conforme Anexo XII da IN Seges nº 5/2017 | | | |
| | | | 4,00% | |
| | | | Total | 113,00 |
| Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | | | |
| <p>Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto quando o empregado alocado na prestação do serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação.</p> | | | | |
| <p>Base de cálculo para o Custo de Reposição do Profissional Ausente (substituto): BCCPA = MÓDULO 1 + MÓDULO 2 (menos VA e VT) + MÓDULO 3 -</p> <p>exceto: 1) o Afastamento Maternidade, pois que a Rem e o 13º são compensados pelo INSS; e 2) Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho, que tem cálculos diferenciados, conforme consta nesses itens de custo.</p> | | | | |
| MÓD 1 = | 1.568,95 | MÓD 2 (sem VA e VT) = | 1.035,66 | MÓD 3 = 113,00 |
| | | | | 2.717,61 |
| Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais | | | | |
| 4.1 | Substituto nas Ausências Legais | | | Valor (R\$) |
| A | Substituto na cobertura de Férias | | | 0,00 |
| | Na presente contratação não está prevista a substituição em caso de férias do titular, uma vez que as férias deverão ser gozadas no período de recesso escolar | | | |
| B | Substituto na cobertura de Ausências Legais | | | 7,55 |
| | Cálculo do valor = $[(BCCPA/30) \times 1 \text{ dia}]/12$ | | | |
| C | Substituto na cobertura de Licença-Paternidade | | | 0,57 |
| | Cálculo do valor = $[(BCCPA/30) \times 5 \text{ dias}]/12 \times 1,5\%$ | | | |
| D | Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho | | | 7,32 |
| | Cálculo do valor = $[(BCCPA)/30 \times 0,97 \text{ dias}]/12$ | | | |
| E | Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade | | | 3,77 |
| | Cálculo do valor = $[(Férias + Férias / 3) + SUB2.2 \times (Férias + Férias / 3)] \times (4/12) \times 2\% + [(FGTS \times Rem + SUB 2.2 \times 13^\circ + SUB2.3 - VA - VT + MÓD3) \times (4/12)] \times 2\%$ Não incide Contribuição Previdenciária Patronal (INSS + 3% entidades) sobre a Remuneração da empregada residente nos 4 meses de Afastamento, conforme Solução de Consulta Cosit/RFB nº 27/2023, publicada na pág. 20 da Seção 1 do DOU de 09/02/2023. A Remuneração e o 13º da empregada residente poderão ser compensados, por isso não constam da fórmula. | | | |
| F | Substituto na cobertura de Ausência por doença | | | 22,65 |
| | Cálculo do valor = $[(BCCPA)/30] \times 3 \text{ dias}]/12$ Não incidirá Contribuição Previdenciária Patronal (INSS + 3% entidades) sobre a Remuneração do empregado residente nos 15 primeiros dias que antecedem a Ausência, conforme Solução de Consulta Cosit/RFB nº 25/2022, publicada na pág. 13 da Seção 1 do DOU de 14/7/2022 e art. 34, XXXII, da IN RFB nº 2.110/2022. Se for inferior a 15 dias incide a Contribuição, como é o caso. | | | |
| | | | Total | 41,86 |
| Módulo 5 – Insumos Diversos | | | | |
| 5 | Insumos diversos | | | Valor (R\$) |
| A | Uniformes (calça e camiseta) | | | 24,31 |
| C | Equipamentos | | | 0,00 |
| D | Outros (especificar) | | | 0,00 |

| | | | |
|--|--|-----------------------|-------------|
| | | Total | 24,31 |
| Nota: Valores mensais por empregado. | | | |
| Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos | | | |
| 6 | Custos Indiretos, Lucro e Tributos | Percentual (%) | Valor (R\$) |
| BASE DE CÁLCULO DOS CUSTOS INDIRETOS = (Total do Módulo 1 – Composição da Remuneração + Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários + Total do Módulo 3 – Provisão da Rescisão + Total do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente + Total do Módulo 5 - Insumos Diversos) | | - | 3.250,64 |
| A | Custos Indiretos | 3,00% | 97,52 |
| BASE DE CÁLCULO DO LUCRO = (Total do Módulo 1 – Composição da Remuneração + Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários + Total do Módulo 3 – Provisão da Rescisão + Total do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente + Total do Módulo 5 - Insumos Diversos + Custos Indiretos) | | - | 3.348,16 |
| B | Lucro | 6,00% | 200,89 |
| BASE DE CÁLCULO DOS TRIBUTOS = (Total do Módulo 1 – Composição da Remuneração + Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários + Total do Módulo 3 – Provisão da Rescisão + Total do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente + Total do Módulo 5 - Insumos Diversos + Custos Indiretos + Lucro) | | - | 3.549,05 |
| C | Tributos | - | - |
| C.1 Tributos Federais (especificar) | | - | - |
| a) Cofins (depende do regime de tributação - utilizada a hipótese de Lucro Real) | | 7,60% | 314,55 |
| b) PIS (depende do regime de tributação - utilizada a hipótese de Lucro Real) | | 1,65% | 68,29 |
| c) IRPJ - Em face dos Acórdãos TCU nºs 950/2007-P e 205/2018-P, o licitante não pode cotar expressamente este tributo. | | - | - |
| d) CSLL - Em face dos Acórdãos TCU nºs 950/2007-P e 205/2018-P, o licitante não pode cotar expressamente este tributo. | | - | - |
| C.2 Tributos Estaduais (especificar) | | - | - |
| C.3 Tributos Municipais (especificar): | | - | - |
| a) ISS % conforme município onde os serviços serão prestados | | 5,00% | 206,94 |
| | | Total | 888,19 |
| Percentual Total e Valor Total de Tributos | | 14,25% | 589,78 |
| Base de Cálculo para os Tributos | | | |
| Cálculo dos Tributos = (-----) x Alíquota do Tributo | | | |
| 1 - (Total de Tributos em % dividido por 100) | | | |
| Nota 1: Custos Indiretos, Lucro e Tributos por empregado. | | | |
| Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento. | | | |
| 2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO | | | |
| Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) | | Valor (R\$) | |
| A | Módulo 1 - Composição da Remuneração | 1.568,95 | |
| B | Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | 1.502,52 | |
| C | Módulo 3 – Provisão para Rescisão | 113,00 | |
| D | Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente | 41,86 | |
| E | Módulo 5 - Insumos Diversos | 24,31 | |
| Subtotal (A + B + C + D + E) | | 3.250,64 | |
| F | Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos | 888,19 | |
| Valor Total por Empregado | | 4.138,83 | |
| Valor mensal do serviço (Total por empregado x nº de postos) | | R\$ 8.277,66 | |
| Número de meses do contrato | | 12 | |
| Valor global da proposta (valor mensal do serviço x nº de meses do contrato) | | R\$ 99.331,92 | |
| QUANTIDADE DE PESSOAL ALOCADO NA EXECUÇÃO CONTRATUAL (item 6.2.e do Anexo VII da IN nº 5/2017) | | | |
| Tipo de Mão de Obra | | Quantidade de Pessoal | |
| Apoio Escolar (cuidador) | | 2 | |

COMPLEMENTO DOS SERVIÇOS (1)

| DESCRIÇÃO DOS UNIFORMES | UNIDADE | QTD ANUAL | CUSTO ANUAL | | CUSTO MENSAL |
|------------------------------|---------|-----------|-------------|------------|--------------|
| | | | UNIT. | TOTAL | |
| CALÇA | unidade | 2 | 75,96 | R\$ 151,92 | R\$ 12,66 |
| CAMISETA (manga curta/longa) | unidade | 4 | 34,96 | R\$ 139,84 | R\$ 11,65 |
| Total do Custo de Uniformes | | | | R\$ 291,76 | R\$ 24,31 |

(1) Valores de referência obtidos através dos relatórios gerados no Pesquisa de Preços (compras.gov) em 18.04.2024

**Anexo II - UNIFORME_PEQUISA DE
PREÇOS_JUSTIFICATIVA_ANÁLISE CRÍTICA DE
PREÇOS.pdf**

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Resumido

Informações básicas

| | | | |
|-----------------------------|--------|---|-------------------------|
| Número da Pesquisa | UASG | Status | Editado por |
| 7/2024 | 158150 | Rascunho | SABRINA GAMA DOS SANTOS |
| Título: Uniforme - Cuidador | | | |
| Observações: | | | |
| Total de itens cotados: 3 | | Valor total da pesquisa de preços: R\$ 136,4280 | |

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item

Unidade de Fornecimento

Quantidade

460762 - Camisa Uniforme Material: 100% Algodão , Tipo Manga: Curta , Tipo Colarinho: Gola Polo , Cor: Cinza , Tamanho: Sob Medida , Tipo Uso: Unissex , Características Adicionais: Conforme Modelo

Unidade

1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

Mediana

Coeficiente de Variação: 2,9934%

R\$ 33,5000

R\$ 34,9600

R\$ 35,4800

Desvio Padrão: 1,0465

Maior Preço: R\$ 35,9000

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

| Nº | Inciso | Nome | Quantidade | Unidade | Preço unitário | Data | Compõe |
|----|--------|--|------------|---------|----------------|------------|--------|
| 1 | I | CONSELHO REG.DE FIS. E TERAPIA OCUPACIONAL-PE - Compras.gov.br | 75 | Unidade | R\$ 67,2700 | 19/03/2024 | Não |
| 2 | I | ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br | 400 | Unidade | R\$ 29,7900 | 29/02/2024 | Não |
| 3 | I | ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br | 60 | Unidade | R\$ 30,0000 | 29/02/2024 | Não |
| 4 | I | ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br | 232 | Unidade | R\$ 34,9100 | 29/02/2024 | Não |
| 5 | I | UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br | 40 | Unidade | R\$ 35,9000 | 14/12/2023 | Sim |
| 6 | I | UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br | 65 | Unidade | R\$ 35,9000 | 14/12/2023 | Não |
| 7 | I | UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br | 125 | Unidade | R\$ 37,0000 | 14/12/2023 | Não |
| 8 | I | ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br | 147 | Unidade | R\$ 16,0000 | 08/12/2023 | Não |
| 9 | I | ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br | 1620 | Unidade | R\$ 16,0000 | 08/12/2023 | Não |

| | | | | | | | |
|----|--|--|------|---------|--------------|------------|-----|
| 10 | | ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br | 1791 | Unidade | R\$ 16,0000 | 08/12/2023 | Não |
| 11 | | ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br | 5935 | Unidade | R\$ 16,0000 | 08/12/2023 | Não |
| 12 | | ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br | 6294 | Unidade | R\$ 16,0000 | 08/12/2023 | Não |
| 13 | | ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br | 5500 | Unidade | R\$ 14,7200 | 08/12/2023 | Não |
| 14 | | ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br | 2805 | Unidade | R\$ 14,6101 | 08/12/2023 | Não |
| 15 | | ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br | 2545 | Unidade | R\$ 14,1400 | 08/12/2023 | Não |
| 16 | | ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br | 2256 | Unidade | R\$ 14,6200 | 08/12/2023 | Não |
| 17 | | ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br | 8067 | Unidade | R\$ 13,8900 | 08/12/2023 | Não |
| 18 | | ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br | 3414 | Unidade | R\$ 13,7600 | 08/12/2023 | Não |
| 19 | | EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br | 116 | Unidade | R\$ 19,8000 | 23/11/2023 | Não |
| 20 | | COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br | 84 | Unidade | R\$ 35,4800 | 14/11/2023 | Sim |
| 21 | | COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br | 3 | Unidade | R\$ 45,0000 | 14/11/2023 | Não |
| 22 | | SERVICO AUTON DE AGUA E ESG DE V.REDONDA RJ - Compras.gov.br | 10 | Unidade | R\$ 44,9000 | 02/10/2023 | Não |
| 23 | | SERVICO AUTON DE AGUA E ESG DE V.REDONDA RJ - Compras.gov.br | 10 | Unidade | R\$ 44,9000 | 02/10/2023 | Não |
| 24 | | SERVICO AUTON DE AGUA E ESG DE V.REDONDA RJ - Compras.gov.br | 20 | Unidade | R\$ 44,9500 | 02/10/2023 | Não |
| 25 | | SERVICO AUTON DE AGUA E ESG DE V.REDONDA RJ - Compras.gov.br | 40 | Unidade | R\$ 35,7500 | 02/10/2023 | Não |
| 26 | | SERVICO AUTON DE AGUA E ESG DE V.REDONDA RJ - Compras.gov.br | 10 | Unidade | R\$ 44,9000 | 02/10/2023 | Não |
| 27 | | ESTADO DO MARANHÃO - Compras.gov.br | 195 | Unidade | R\$ 59,0000 | 06/09/2023 | Não |
| 28 | | COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br | 4 | Unidade | R\$ 48,5000 | 29/08/2023 | Não |
| 29 | | UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - Compras.gov.br | 40 | Unidade | R\$ 33,5000 | 11/08/2023 | Sim |
| 30 | | UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - Compras.gov.br | 60 | Unidade | R\$ 33,0000 | 11/08/2023 | Não |
| 31 | | UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - Compras.gov.br | 50 | Unidade | R\$ 33,0000 | 11/08/2023 | Não |
| 32 | | UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - Compras.gov.br | 30 | Unidade | R\$ 33,0000 | 11/08/2023 | Não |
| 33 | | PREFEITURA DE DOM BASILIO - Compras.gov.br | 16 | Unidade | R\$ 70,0000 | 18/07/2023 | Não |
| 34 | | INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - Compras.gov.br | 22 | Unidade | R\$ 42,0000 | 30/05/2023 | Não |
| 35 | | INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - Compras.gov.br | 50 | Unidade | R\$ 44,0000 | 30/05/2023 | Não |
| 36 | | INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - Compras.gov.br | 70 | Unidade | R\$ 570,0000 | 30/05/2023 | Não |
| 37 | | INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - Compras.gov.br | 250 | Unidade | R\$ 140,0000 | 30/05/2023 | Não |
| 38 | | COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br | 5 | Unidade | R\$ 29,0000 | 20/04/2023 | Não |

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 2

| Descrição do item | Unidade de Fornecimento | Quantidade |
|---|-------------------------|-------------|
| 602188 - Camisa Uniforme Material: 100% Algodão , Tipo Manga: Longa Com Elástico Nos Punhos , Quantidade Bolsos: 2 (Um De Cada Lado Do Peito) UN, Cor: C/ Cor , Tamanho: P Ao Gg , Características Adicionais: Com Faixa Refletiva , Tipo Camisa: Operacional | Unidade | 1 |
| Consolidação dos preços cotados | | |
| Menor Preço | Média | Mediana |
| R\$ 19,4000 | R\$ 32,9600 | R\$ 25,5000 |
| Método de cálculo adotado: Mediana | | |
| Coeficiente de Variação: 45,7239% | | |
| Desvio Padrão: 15,0706 | | |
| Maior Preço: R\$ 53,9800 | | |

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

| Nº | Inciso | Nome | Quantidade | Unidade | Preço unitário | Data | Compõe |
|----|--------|--|------------|---------|----------------|------------|--------|
| 1 | I | COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - Compras.gov.br | 14 | Unidade | R\$ 53,9800 | 04/04/2024 | Sim |
| 2 | I | PREFEITURA DE MARINGA - PR - Compras.gov.br | 725 | Unidade | R\$ 25,5000 | 28/12/2023 | Sim |
| 3 | I | PREFEITURA DE MARINGA - PR - Compras.gov.br | 2175 | Unidade | R\$ 19,4000 | 28/12/2023 | Sim |
| 4 | I | CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - Compras.gov.br | 5 | Unidade | R\$ 220,0000 | 28/06/2023 | Não |

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 3

| Descrição do item | Unidade de Fornecimento | Quantidade |
|---|-------------------------|-------------|
| 463961 - Calça Profissional Material: Brim 100% Algodão , Cor: Branca , Tamanho: Sob Medida , Características Adicionais: Sem Bolso | Unidade | 1 |
| Consolidação dos preços cotados | | |
| Menor Preço | Média | Mediana |
| R\$ 60,0000 | R\$ 75,9680 | R\$ 70,0000 |
| Método de cálculo adotado: Média | | |
| Coeficiente de Variação: 17,1943% | | |
| Desvio Padrão: 13,0622 | | |
| Maior Preço: R\$ 92,9300 | | |

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

| Nº | Inciso | Nome | Quantidade | Unidade | Preço unitário | Data | Compõe |
|----|--------|--|------------|---------|----------------|------------|--------|
| 1 | I | EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br | 16 | Unidade | R\$ 70,0000 | 30/11/2023 | Sim |
| 2 | I | EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br | 35 | Unidade | R\$ 92,9300 | 17/10/2023 | Sim |
| 3 | I | EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br | 12 | Unidade | R\$ 89,9100 | 17/10/2023 | Sim |
| 4 | I | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br | 80 | Unidade | R\$ 67,0000 | 11/10/2023 | Sim |
| 5 | I | COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br | 600 | Unidade | R\$ 60,0000 | 25/07/2023 | Sim |

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Nota Técnica

2.1. Para a definição do valor estimado da contratação foram utilizados os parâmetros dos incisos I e II da IN SEGES/ME nº 65/2021.

2.2. Foram priorizadas a consulta aos sistemas oficiais de governo e às contratações similares feitas pela Administração Pública, em conformidade com o artigo 5º, §1º, da IN SEGES/ME nº 65/2021.

2.3. O preço estimado para a contratação considerou o mínimo de três cotações, nos termos do artigo 6º, §5º da IN SEGES/ME nº 65/2021.

2.4. A obtenção do preço estimado deu-se com base na média dos valores obtidos na pesquisa de preços.

2.5. Após a realização de pesquisa de preços em conformidade com a IN SEGES/ME nº 65/2021, certifica-se que o preço estimado para a presente contratação é compatível com os praticados no mercado.

Relatório emitido em 14/05/2024 17:17

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.

- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.

- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

Documento Digitalizado Público

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - 06/2024

Assunto: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - 06/2024
Assinado por: Amanda Machado
Tipo do Documento: ANEXO
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Amanda Machado Vasconcelos, CHEFE DE SECAO - FG0002 - SEACO-PROAD**, em 17/06/2024 17:19:03.

Este documento foi armazenado no SUAP em 17/06/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 104564
Código de Autenticação: 40e9c38457

